

DEEM UMA CHANCE À IDEOLOGIA – NOTAS SOBRE O PODER NEGLIGENCIADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Give Ideology a Chance – Notes on that Neglected Power in International Relations

Renato Thomaz Borges¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** renatotborgesn@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5190-2325>

Recebido em 17 jan. 2019 | Aceito em 03 set. 2019

RESUMO

As notas que se seguem visam colaborar com as discussões a respeito do conceito de ideologia e do seu papel na formulação de política externa referentes aos estudos da área de Relações Internacionais. O artigo, uma breve introdução sem qualquer objetivo de esgotamento do tema, aponta as relações existentes entre o conceito abordado e o do nacionalismo, assim como afirma a impossibilidade das tentativas de separação das questões ideológicas do exercício do estadista e das ações do Estado no cenário internacional. As considerações finais ressaltam a importância do estudo da ideologia para a área e reservam um comentário do autor acerca do contexto atual da política (externa) brasileira.

Palavras-chave: Ideologia; Nacionalismo; Política Externa.

ABSTRACT

The notes below are an effort to contribute to the discussions in the area of International Relations concerning the concept of ideology and its role in foreign policy-making. This brief introduction does not exhaust the object, but it intends to be a starting point for new studies on the nexus between ideology and nationalism, or even the indivisibility of the former as a variable in the exercise of statesmanship as well as in the behavior of a state in the international system. The final thoughts underline the importance of the study of ideology in IR and expose some comments about the actual context of Brazilian (foreign) policy.

Keywords: Ideology; Nationalism; Foreign Policy.

INTRODUÇÃO À IDEOLOGIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Um mapa político mental, falsa consciência, superestrutura da sociedade de classes, um sistema de crenças, a ideologia é, assim como bem disse Terry Eagleton (1997), mais fácil de acusar no outro do que de se descobrir encapsulando-a no dia a dia. Não diferente de alguns conceitos que veremos ao longo do texto, a ideologia, resultado da ciência das ideias daqueles que se autointitulavam *idéologues* – intelectuais que se tornaram inimigos publicamente declarados do imperador Napoleão Bonaparte - é uma realização francesa, fruto da revolução que destronou o monarca e deu voz ao povo. Os efeitos dessa ciência das ideias que buscava no mundo natural, e não na metafísica, um manual de instruções para uma sociedade perfeita foi estudada laboriosamente por Karl Marx, tendo influenciado um número considerável de autores desde então².

Não pretendemos desmerecer a origem nem omitir os pensadores que investigaram o fenômeno e que conceberam para cada época suas respectivas obras clássicas sobre o assunto, mas para o objetivo do ensaio proposto faremos uso de uma definição genérica e que, por isso,

² Ver A Ideologia Alemã, de Marx e Engels (2006).

compreende precisamente o nosso escopo³. Destarte, é suficiente dizer que ideologia é um “conjunto de crenças ou ideias conexas, ou mesmo atitudes, característicos de um grupo ou comunidade” (Plamenatz 1970, p.15, *tradução nossa*). Como assinala Howard (1989), somos todos ideólogos considerando que, para aqueles indivíduos que não compartilham da nossa cultura, a acumulação dos elementos que fazem parte desta ao longo de sua história referente às crenças adquiridas, valores e atitudes não exibem o mesmo sentido por nós atribuído enquanto amplos sistemas de valor, ou *mind-set*, como é dito no mundo anglo-saxão, ou a *mentalité* segundo a língua francesa, ou ainda a *Weltanschauung*, para os alemães. Com isso, ao serem codificadas e descritas, as atitudes de um grupo, comunidade ou nação passam a compor um todo mais sistemático e logicamente relacionado do que nós mesmos casualmente definiríamos acerca de nosso próprio comportamento habitual.

Ao passo que a nossa disciplina ainda carregue o título de Relações Internacionais, em vez de algo tal qual Relações Interestatais, nosso objeto de estudo continua envolvendo a investigação das consequências no tratamento com estrangeiros cujo ambiente social foi formado e ajudou a formar qualidades diferentes sobre o que é ser cidadão deste ou daquele país. Isso significa que ao estudioso da área cabe em especial o dever da empatia, a capacidade de tomar o lugar do outro e entender o meio cultural e as ideologias que constituem a subjetividade de seu ser social, cada qual com sua história e educação peculiares. Para esse fim, Michael Howard, ciente de nossa vivência em um mundo multicultural e multi-ideológico, aconselha não somente o interesse pelas línguas dos demais povos, mas também o estudo da inquestionável relevância de sua história como nação. Tal curiosidade pelo ambiente social em vista de objetivos analíticos não é uma assunção recente. O pai da doutrina de contenção, o americano George Kennan, sabia bem a importância desse empreendimento intelectual, muitas vezes confundido com uma afeição hobbista. Conforme afirmou seu colega John Patton Davies:

Era uma delícia vê-lo sondar um anúncio enigmático no Pravda tentando descobrir o que havia por trás dele, lembrando-se de algum obscuro incidente na história bolchevique ou de algum conflito de personalidades dentro do partido, citando passagens de Dostoyevsky sobre o caráter russo, ou mencionando um paralelo na política externa czarista. Seu perspicaz intelecto percorria a gama de possibilidades como um radar sintonizado para o invisível (*apud* Gaddis 2013, p.212).

Não passava despercebido seu interesse pela ideologia dos povos que o acolhia como diplomata, interesse que fez de Kennan uma influência para os estudos de política internacional:

[O que distinguia Kennan dos demais era] o interesse em ideologia. Intelectualismo de certa espécie. Ideias. Profunda atenção e pensamento constante em termos de atitudes. Ideias, tradições que podiam ser denominadas peculiaridades culturais de países e atitudes, formas de vida. Não simplesmente um movimento após o outro; não era xadrez. Não apenas provas nesse ou naquele documento mostrando que o que eles queriam era o norte da Bulgária ou o sul da Grécia. Mas também mentalités (*Ibidem*, p.214).

³ Para introdução ao conceito, sugerimos as obras de Freedon (2003), Eagleton (1997), o livro organizado por Slavoj Zizek (1997) e o já mencionado Plamenatz (1970). Amplas discussões podem ser obtidas ainda em autores como Giddens (1980), Carlsnaes (1981), Cox (org., 1969), Geertz (org., 1964) e Sartori (1969).

Mesmo com o legado de George Kennan, o papel das ideias nos estudos de política internacional pouco progrediu. Em verdade, o “fim da ideologia”, entendimento emergente nos anos cinquenta em nomes como Raymond Aron e Edward Shils, trouxe à tona uma veste pejorativa para o conceito, na premissa de que o fenômeno refletiria um anacronismo que já não retratava a sociedade industrial moderna e havia, assim, perdido sua força enquanto instrumento de ação política de massa. Sasson Sofer (1987) diz que à ideologia reservou-se o epíteto de *alienative politics*, um mero recurso propagandístico de incitação classista, dispositivo político que conduz à atividade violenta de regimes totalitários.

O argumento daqueles que supuseram seu declínio baseava-se no entendimento de que na sociedade industrial ocidental avançada não havia mais espaço para conflitos ideológicos em âmbito doméstico, já que isso enfraqueceria a capacidade da nação de fazer frente às ameaças externas. Não diferente da postura dos realistas políticos, os proponentes do fim da ideologia retiveram o rótulo autoimposto do liberalismo transcendental não comprometido e não ideológico; uma atitude que, ainda segundo Sofer, ia de encontro aos fundamentos mais irredutíveis da política de contenção, que por sua vez lançou mão de uma prevacente tradição ideológica.

O ímpeto de remover o idealismo e a ideologia das determinações de política externa causou nos adeptos da teoria clássica uma dificuldade latente em analisar a influência das ideias, em especial a do nacionalismo, nos estudos da área. Repetiremos ao longo do texto que a própria convicção de que o mundo moderno é dividido em nações reflete a contribuição do nacionalismo para o argumento comum nas Relações Internacionais do Estado como o principal ator no cenário internacional. Ainda que o conceito seja apontado em algumas teorias internacionais, como é o caso da de Robert Gilpin (1981), onde o Estado hegemônico promove sua religião e valores políticos para justificar o controle, para Sasson Sofer (Ibidem, p.496, tradução nossa)

O Realismo faz da ideologia um fator marginal, ou um elemento destrutivo para a estabilidade da ordem mundial. Tal perspectiva subestima gravemente a importância das ideias na história.

A realidade é que tradições históricas e ideológicas, que auxiliam a ascensão e permanência de uma elite política no conflito de poder dentro de um Estado-nação, é um objeto fundamental para a compreensão da política externa. Desta forma, a elite tem um papel protagonista no que se refere aos pilares ideológicos que sustentam os interesses nacionais de uma sociedade no cenário externo. Além de constituir um instrumento de manipulação e disciplina das massas – se fizermos uso de uma boa interpretação marxista -, a ideologia colabora com a política de união nacional a fim de concretizar um futuro comum para aquela sociedade. O ideal que recorre à glória de uma era dourada porvir é característico dos movimentos nacionais de libertação contra metrópoles coloniais e de movimentos pan-nacionais de união supraestatal que, por intermédio de ideias de uma grande pátria ou nação, sustenta a meta de garantir a verdadeira soberania unitária de uma região presumidamente ligada por traços históricos e culturais.

Para além desta introdução ao termo e sua relação com a área de Relações Internacionais, o texto a seguir continua através de três tópicos que versam respectivamente sobre: I) a influência da ideologia nas decisões do estadista; (II) o papel da ideologia nacional nos rumos de uma sociedade e, por último, III) as obstinadas discussões no Brasil sobre questões ideológicas, que vieram à tona, em especial, com as eleições de 2018. A última parte é destacada do restante do texto como um breve comentário do autor segundo o contexto que envolve a escrita do artigo, o que cremos fazer jus ao permissível título de “considerações finais” mais do que ao escrupuloso “conclusão”.

O ESTADISTA E OS INTERESSES NACIONAIS

“*Educating for National Security*” é o título da crítica de Jakub Grygiel, professor associado George H.W. Bush de Relações Internacionais na Universidade John Hopkins, em um artigo publicado na primavera de 2013. Esse é um título nada pasmoso quanto à autoria, mas seu conteúdo, certamente um tanto diferente do trivial, é um ataque afiado contra uma tendência perigosa que prevalece nas academias norte-americanas, e de onde sobressai a contribuição do autor para a área – também de nosso interesse para o argumento aqui exposto.

Evitando oferecer qualquer margem a interpretações equivocadas, Grygiel faz da sua posição uma transparente asseveração segundo a qual a segurança nacional não pode ser admitida apenas por considerações tais quais as aptidões técnicas ou títulos universitários. Naquilo que mais interessa ao Estado, e ao qual um servidor está ligado por meio da manutenção daquele, preservar o poder não dispensa conhecimentos matemáticos ou aplicações estatísticas de funcionalidades computacionais tão em voga neste século, mas exige, sobretudo, a compreensão e apreciação dos princípios que sustentam o Estado, nos quais ele inclui as crenças religiosas, as virtudes morais e os ideais políticos; isto é, a ideologia governante. Como julgamos imprescindível a visão, reproduziremos o restante no que tange à sua admoestação para o fato de que

An education for national security must start from the desire to learn and understand one’s own national culture and tradition to be able to identify what one is supposed to defend. And herein lies our biggest challenge: we are becoming increasingly more skilled at how to defend ourselves, but we are losing the tools to understand what we are expected to protect. We can do a lot but we are uncertain why we should (Ibidem, p.201).

No esforço de valorizar elementos que estão além da robotização dos funcionários do Estado, estes acadêmicos ou secretários, Grygiel diferencia treinamento, que se refere ao “como?”, e educação, que diz respeito à indagação do “por quê?” ou mesmo “o quê?”. Esse apontamento não é mero recurso estilístico, uma vez que a intenção do autor é demonstrar que enquanto as habilidades técnicas de um especialista em segurança nacional manifestam-se em capacidades materiais à disposição do Leviatã, a consciência dos sustentáculos civilizacionais com os quais um Estado carrega em suas ações externas fundamenta as motivações para a defesa do que Carl Schmitt (2016, p. 30) enalteceu – não sem misturar nostalgia e pessimismo - como “esta obra-prima da forma europeia e do racionalismo ocidental”.

Jakub Grygiel centraliza a educação, não o treinamento, na importância de se questionar o porquê da necessidade de certas ações da entidade estatal no cenário internacional. Isto se dá no desvendar dos propósitos de uma ação, julgando-a quanto à seriedade e dimensão desta última; daí, um indivíduo treinado poderá usar as técnicas em benefício do Estado e para proveito dos valores e princípios que este garante. Para o autor, apreender os porquês de nossa defesa deve vir antes de respondermos como a faremos. O desprestígio societário e a ignorância acerca da nação envolvente e tudo o que ela significa é o extremo oposto da força gerada pela união entre educação nacional valorativa e habilidades técnicas.

Ainda que não seja nosso objetivo primário, torna-se relevante salientar a desaprovação com a qual Grygiel lança à academia de Relações Internacionais que, segundo o próprio, tem sido manipulada *in extremo* no exercício de um “fetiche metodológico” moderno conectado a uma linguagem exotérica que busca um rigor científico muitas vezes inaplicável ao processo decisório, quer dizer, ao comportamento do Estado, que, à sua maneira, não se comporta como simples peça de maquinário. Isso significa que é necessário admitir as limitações de uma abordagem científica do estadismo enquanto arte de governar, que é ainda incapaz de abarcar o livre arbítrio, as decisões imprevisíveis, as tensões psicológicas, a criatividade e o gênio humano ante as situações difíceis e incalculáveis, como um Júlio César na Gália e aquele Winston Churchill na defesa da velha Albion. No que toca aos estudos de política internacional, o “por quê?” as coisas acontecem revela-se uma reflexão muito mais incerta e apartada do campo de atuação do método científico, deixando o “como?” encarregado então da cota fácil da disciplina.

Essa sanha metodológica é, ainda, salpicada com abstrações (“estudos globais”, “desafios globais”, “mudanças climáticas”, “terrorismo”, “drogas”, “pobreza” etc.) que cambiam inimigos reais por ideias impalpáveis. Seu argumento é que esses substantivos são problemas a serem resolvidos, mas não são inimigos a serem derrotados. Eles requerem cooperação internacional para melhoramento das situações que as compreendem, mas não são ameaças específicas contra países específicos que, porventura, possam exigir do estadista o comprometimento do poder nacional à disposição. A conduta negligente dos estudiosos e estadistas acerca do bom entendimento daquilo que, do plano externo, possa afligir os interesses nacionais basilares da nação demonstra a incapacidade dos especialistas de discernir sobre estes mesmos interesses que sustentam os ideais do Estado em face de seus pares no sistema internacional.

Visto isso, o ataque do autor contra as ameaças abstratas levantadas atualmente pela academia revela as chaves para o entendimento da instrução promovida pelo próprio, qual seja: o reconhecimento e a apreensão da pátria. O autor não esconde a preocupação com o gradual abandono da ideia de patriotismo e tampouco nega o receio comum dos indivíduos por entre sucessivas décadas perante os abusos de expressões patrióticas, mas argumenta que a consciência de quem nós somos ou o que queremos ser nos diz muito sobre como deveríamos nos defender. Deste modo, o estadista deve conhecer os princípios que guiam sua pátria, esses sustentáculos de um determinado *way of life* e frutos de um trabalho manejado por gerações, como o ponto de partida para a política externa e, nisto posto, a segurança nacional.

Além de serem encontrados em estadistas educados nas questões nacionais, os valores de uma sociedade também podem ser reduzidos à essência dos interesses nacionais. Não é por menos que Samuel Huntington afirmou certa feita que esses mesmos interesses são produtos da identidade nacional de um Estado-nação. Para este último (1997, p.28) é imprescindível a compreensão de quem nós somos antes de termos ciência de quais são nossos interesses enquanto partícipes de um sistema internacional. A dúvida que prevalece nos estudos de política externa e que envolve a definição do conceito de interesse nacional não deve subtrair sua função como uma lógica estratégica de ação, que é a de justificar as ações de um estadista ao providenciar critérios de julgamento para a tomada de decisões (Deibel, 2007). Visto isso, 1) o interesse nacional preserva a sobrevivência de um Estado, sua segurança física; 2) busca desenvolver e manter seu bem-estar social e econômico; 3) o interesse nacional também comporta uma terceira categoria, como aponta Terry Deibel, que é a de conservar os valores, a cultura e o sistema de governo de tal Estado; 4) e ainda uma quarta categoria que se traduz na projeção dos valores dessa sociedade e de seus princípios morais (*morality*, no original) em territórios contíguos ou ultramarinos.

For a variety of reasons, great nations and even some nonstate actors sometimes feel that they have a unique mission in the world, a duty to spread their vision of society to other lands, even to make the world over their own image (Ibidem, p.127).

A complexidade presente na tentativa de explicar os interesses nacionais a partir de critérios objetivos tem feito com que este mesmo conceito seja descartado pelos analistas como ineficaz ou venturoso. A realidade, ainda segundo Deibel (Ibidem, p.134), é que os interesses nacionais não são nada mais substanciais do que julgamentos de valor e, por conseguinte, faz valer a noção de que quando nós falamos de interesse nacional, estamos na verdade falando de valores. Como procede o próprio autor, todos os interesses são, diante disso, aquilo que se valoriza. Ao falarmos de interesse nacional, falamos também, e conseqüentemente, daquilo que é único e distinto em uma sociedade e que é então, pois, valorizada segundo seus próprios critérios apreciativos.

A ideologia da nação

Prestigiado com o título de uma obra biográfica que lhe atribui o mérito de rachar o império soviético⁴, Zbigniew Brzezinski, homem da guerra fria, conselheiro de segurança nacional no governo Carter, já havia sublinhado em sua dissertação de mestrado, em 1950, o valor peculiar de cada nação dentro do bloco soviético como um sinal de potencial e insolúvel ameaça aos desígnios do Kremlin, que fazia uso da ideologia comunista no intuito de homogeneizar os países satélites. Talvez por ter presenciado em primeira mão sua terra natal, Polônia, ser devassada pelas potências alemã e soviética, uma pátria com um longo histórico de forte consciência nacional, essa rubrica perpassaria todos os trabalhos do autor enquanto renomado acadêmico formado por Harvard, dando grau de credibilidade à sua atuação durante grande parte do embate ideológico entre Estados Unidos e União Soviética.

⁴ Zbig: *The man who cracked the Kremlin*, de Andrzej Lubowski (2013).

A sugestão de Brzezinski em meados do século passado pouco se alterou até a última década da guerra fria: sua proposta era a de aproveitar as vigas podres do edifício ideológico do bloco soviético, considerado por muitos analistas à época como algo sólido e monolítico, e fomentar a criação de uma versão multinacional antissoviética do *Comintern*. Era preciso identificar os focos de resistência para aumentar a possibilidade de sua sucumbência, acentuando, portanto, o dilema das nacionalidades e munindo os atritos internos que levariam, enfim, à implosão da União Soviética⁵.

A hipótese do jovem Brzezinski fundamentava-se na observação de que o nacionalismo tem tido um papel basilar nas relações internacionais desde o século XIX. O nacionalismo no Leste Europeu em um primeiro momento não foi capaz de bloquear ou combater *pari passu* o papel unificador das ideologias dogmáticas centralizadas no marxismo e no patriotismo soviético – este último dando lugar ao investimento maciço na propaganda e disseminação da língua, cultura e mitos russos. Não obstante, a conclusão do autor tomou nota e enfatizou a resistência de focos nacionalistas dentro das repúblicas soviéticas, estes constituindo o barril de pólvoras do bloco oriental (Vaïsse, 2018).

O problema das nacionalidades soviéticas não saltava aos olhos apenas de poucos argutos observadores estrangeiros e era levado a sério em solo soviético, uma aflição que, por conseguinte, se traduzia nas diversas práticas lançadas pelo Kremlin para a russificação desses povos, como na educação padronizada, no desestímulo a qualquer potencial autarquia entre as repúblicas e nas deportações em massa na era Stalin. Como explica Vaïsse, os líderes soviéticos encaravam o dilema de eliminar os focos de nacionalismo e com isso desmoronar todo o edifício da União, ou fazer vista grossa para a situação e permitir que a consciência nacional dos povos satélites sobrepusesse a estrutura, ameaçando fragmentá-la no seu interior.

Merece atenção o fato de a consciência nacional dos países sob influência soviética, assim como diversos outros Estados que no terceiro mundo emergiam sombreados pelo guarda-chuva de um dos blocos em disputa, ter uma diferença elementar a respeito de outras ideologias políticas. O viés ideológico nacional não se coaduna com ideologias dogmáticas como é o caso do comunismo que, por sua vez, é baseado na filosofia marxista. Em vez disso, a criação de uma consciência nacional por meio da educação como um instrumento de mobilização societária é uma mentalidade, ou como já vimos acima, *mentalité* (Howard, 1989.). A ideologia da religião civil e a mentalidade do povo derivam de um processo invariavelmente histórico. Ainda que possamos afirmar que o nacionalismo é um produto da era moderna, a noção de pertencimento a uma etnia, comunidade, Estado ou império é uma identificação objetiva entre o homem e o solo, e subjetiva, enquanto relação intersubjetiva da formação do eu indivíduo e do eu cidadão, cuja história comunitária como pano de fundo é um atributo essencial (Allott, 2002).

Como bem lembrou o constitucionalista alemão Hermann Heller (2012), os elementos objetivos, em particular o território oficialmente demarcado, só implicam as possíveis associações de um povo. Para tornar-se efetivo, a conexão deve ser vivida subjetivamente pelos cidadãos. Faz-

⁵ Ver *Russo-Soviet Nationalism*, Brzezinski (1950).

se disto valer o entendimento de que a noção de pertencimento não se resume a atributos físicos ou espirituais solitários. Uma comunidade cultural transforma-se em nação quando a consciência de pertencer a um mesmo ente representativo alcança um vínculo comum de vontade política. Apresentando o povo como uma “estrutura histórica” (Ibidem, p.210), Heller defende a ideia de que à medida que um determinado povo desenvolve a consciência de sua peculiaridade, definindo aquilo que o diferencia dos demais, mais próximo ele se encontra de uma comunidade política comum pertencente a um território político comum; isto é, uma nação. A distinção de um povo insere-se, deste modo, no decorrer de sua história, fazendo de si um processo constante de assimilação e particularização no que tange à natureza e cultura circundantes.

A diferença traduzida na alteridade é um sinônimo de identidade no tocante à consciência nacional. A luta pela identidade é a luta pela identificação do outro, e as características próprias da identidade assim se fazem porque não são elementos que outras nações poderiam eventualmente reivindicar. Como alega Philip Allott (op.cit., p.109, *tradução nossa*), a nação toma as origens de sua identidade como uma ideia derivada do caráter especial de sua terra, seu povo, instituições, tradições e valores. Princípios tais que formam a identidade nacional e que é passada de “mente para mente, de geração para geração”⁶, a identidade da nação fornece a um povo sua unicidade (*uniqueness*, no original em inglês).

Muito se fez para suprimir ou substituir a ideologia da nação com a finalidade de evitar as tragédias que acompanham os surtos ultranacionalistas conhecidos pela mancha impressa na primeira metade do século XX, um século que leva a alcunha de “século das ideologias” por nada menos. Um primeiro intento na rota de eliminar as ideologias nacionalistas veio à tona ainda no pós-guerra, com as potências vitoriosas extinguindo as reminiscências ideológicas das derrotadas Alemanha e Japão como parte do processo de remoção das capacidades bélicas dos inimigos. O objetivo de desnacionalizar os Estados girava em torno do mesmo instrumento que os moldaram como nações: a educação. Segundo a concepção (Howard, 1989), era preciso extinguir os mitos, as histórias de conquistas e os valores culturais que legitimavam uma distinção nacional, algo considerado a partir daí não apenas fora de moda, mas também sujeito a ser alvo de desdém conforme ocorrera à época com o conceito de patriotismo⁷.

A ideologia contemporânea do internacionalismo fez parte dos esforços de superação de uma consciência nacional que poderia dar lugar a uma consciência universal, mas seus resultados nunca foram animadores. Não se pode perder de vista a noção de que a formação de uma consciência nacional foi fruto de um longo período de extensão de fronteiras culturais paroquiais para um terreno que engloba não mais uma pequena comunidade, mas uma grande família de cidadãos. Uma ideologia que abarque um cenário ainda mais abrangente não é impossível, porém vimos que a *mentalité* é formada pela experiência vivida no decurso histórico de um povo e, diante disso, a transcendência das fronteiras territoriais é previsível mais para uma minoria endinheirada

⁶ O autor (Allot, 2002) ressalta que a consciência de valores inatos a uma sociedade pode ser observada no mundo antigo, segundo a descrição que povos como egípcios, gregos e chineses faziam da ideia de si mesmos. Allott aponta em especial o caso de Israel, cuja ampla literatura expõe um povo obsessivo com a ideia singular de si próprio.

⁷ É interessante notar que o próprio ato zombeteiro é motivado por um julgamento tal que revela uma conduta ideológica oposta.

cosmopolita com prestigiosa formação intelectual, e que tenha tido contato com o internacional ao longo do seu crescimento pessoal e profissional, do que grande parte da população de um Estado-nação sem qualquer elo com o exterior⁸.

A despeito do empreendimento e independentemente dos efeitos da globalização, as nações se mantêm. E isso se deve a, pelo menos, dois pressupostos. O primeiro deles é a ideologia da diferença, que frisamos não se remeter à perversidade de qualificações raciais ou hierarquias discriminatórias, e que se liga tão-somente às singularidades históricas da nação. A ideologia da diferença, que dá lugar à ideologia da construção de nação, é a ideologia por excelência do Estado-nação. A diferença, sinônimo de alteridade, produz o outro, e do outro nasce o conceito de inimigo na história diplomática moderna ocidental, berço do Estado nacional. O segundo pressuposto se resume no efeito da consciência nacional, ou o processo da identidade do cidadão que tem a projeção do seu ser na coletividade e a coletividade introjetada no seu processo subjetivo enquanto indivíduo (Allott, op.cit.)⁹.

Em virtude disso, as nações têm sido almeçadas e, daí, projetadas pelas elites de Estado, as intelligentsias, que buscam, através da imaginação humana, os aspectos aparentemente mais antigos de suas culturas nacionais e que expressam “invariavelmente as identidades formadas pelas circunstâncias históricas, muitas vezes durante longos períodos de tempo” (Smith 1999, p.192). Como maior atributo da ideologia da construção de nação encontra-se a garantia da dignidade coletiva, que atua na amenização da exclusão e da supressão de oportunidades e valores à medida que oferece uma oportunidade de engrandecimento como cidadão de uma comunidade política.

Para as sociedades recém-independentes o ato de ter reconhecida sua soberania é o primeiro passo na edificação da história de uma nação - que não tem passado, mas que visa a um futuro comum que lhes dê prestígio, mitos, heróis e uma identidade maior que seja fonte de orgulho entre os cidadãos. São muitos os eventos nos quais o fim do jugo colonial não deu lugar a um harmonioso e próspero Estado, como refletem o descontentamento social e os conflitos civis em partes da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, e nesses casos a solução tem aparentado irromper ou de intentos tirânicos, com o recrudescimento da autoridade de um

⁸ Na avaliação cega, a(o) parecerista anônima(o) levantou de forma muito pertinente a função do que se entende como civilização ocidental/oriental como uma ideologia cuja extensão sobrepõe a da ideologia nacional. De fato, a influência do padrão civilizatório está presente, ainda que muitas vezes adaptado, em valores e discursos políticos que cruzam fronteiras e mares. Há de se questionar, no entanto, se esse vínculo civilizacional tem o poder de neutralizar a última *ratio* do Estado-nação. A julgar pela história, a maleabilidade desta ideia tem resultado em inúmeros conflitos travados dentro de uma civilização, seja para tomar a liderança da grande comunidade, seja para resistir à mesma liderança, que carrega consigo presságios de opressão; tudo isso, vale dizer, acompanhado geralmente de argumentos discriminatórios. Autor citado ao longo do segundo tópico, Jakub Grygiel afirma a importância das bases civilizacionais do Estado como – conforme vimos – um guia de ação para o estadista, mas o país para o qual ele escreve é o mantenedor da ordem internacional, o que transforma a ideia de civilização ocidental em um instrumento político para conveniente uso diplomático. Ainda que a civilização enquanto orientação na tomada de decisões seja uma ideologia política, usada então em momentos propícios para a promoção de determinadas políticas, pouco indica que seja este um indício de uma consciência cosmopolita, o ponto de chegada da identidade humana em sociedade e, finalmente, o fim da nação.

⁹ O especialista em Direito Internacional Philip Allott (2002, p.113, *tradução nossa*) analisa a relação do indivíduo com a nação através de um percurso cuja influência hegeliana é patente. Segundo ele, a relação se dá com 1) “a projeção do autoprocesso do indivíduo na coletividade; 2) “a introjeção do autoprocesso da coletividade no indivíduo; e 3) “a formação de uma totalidade subjetiva identificada como a coletividade (a nação)”.

governo que tem a si como mantenedor da ordem e conservador de valores que - eles supõem - se perderam no tempo, ou de ideologias pan-nacionalistas que, conforme destaca Smith, buscam criar uma “família de culturas”. Esses movimentos não foram capazes de fomentar um mundo de superestados como se imaginou em um primeiro momento, mas têm trabalhado com variados graus de sucesso nos âmbitos econômicos e de segurança, ao passo que sua *intelligentsia* nativa continua a imaginar uma comunidade que transponha as fronteiras nacionais através de tradições políticas, linguísticas e culturais compartilhadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feitura do artigo se deu em concomitância à investidura do governo eleito pelo sistema democrático brasileiro em outubro de 2018, e devido a muito do que aqui foi dito corresponder a certas particularidades da nova postura da política brasileira, algumas palavras a respeito devem se fazer notar antes do fechamento do texto. Por um lado, o discurso do recém-empossado e do seu ministro das Relações Exteriores ilustram e servem bem o argumento por nós exposto de que a ideologia é um elemento recorrente na política externa dos países, que invariavelmente busca nos interesses nacionais, então baseados nos padrões valorativos da sociedade, os preceitos para a agência internacional. Por outro lado, e no que concerne aos discursos dos primeiros dias da nova orientação governamental com os quais podemos ajuizar, cabe a nós, pois, assinalar que ainda que a ideologia se encaixe nas estratégias de governo para legitimação doméstica e estabilização dos conflitos interelites fomentados pela polarização ideológica interna (Owen, 2010), concordamos com Terry Deibel quanto à avaliação segundo a qual os supostos valores da nação em vias de preservação ou projeção não devem constituir um estorvo ou mesmo expelir os pilares outros que sustentam uma estratégia coerente de política externa¹⁰. Em outras palavras, as ideias que formam o sistema de crenças de um líder ou um grupo de autoridades devem servir de critérios na obtenção de um fim maior para a nação, mas não podem inverter a lógica do fim (objetivo permanente) como um meio ensimesmado (processo míope).

A realidade por trás das alternativas disponíveis para a manutenção da soberania do Estado e do bem-estar social deve ser desanuviada nos cálculos de poder ante a qualquer guinada à brusquidão que, além de parca inspiração na história da política externa brasileira, não se escora em excedente de poder nacional, esse privilégio das grandes potências que dá solidez a ousadias de tal feitio. Queremos dizer então que valores nacionais assemelhados ao de impérios circunvizinhos não são valores ditos únicos, e que distinguem uma nação em um mundo construído pela diferença (Blaney; Inayatullah, 2004).

Aos servidores do Estado designa-se a tarefa de decantar aquilo que é singular daquilo que é importado a esmo, inteirando-se sobre as substâncias da projeção ideológica de outras nações. À vista disso, ilude-se o estadista que se pretende patriota tomando por princípios os valores

¹⁰ Consideramos a propósito lançar dúvida à definição dos valores singulares de uma ex-colônia, tal e qual o caso dos Estados latino-americanos, sendo este, no entanto, um tema para análises posteriores.

nacionais que não sejam realizações históricas do povo que representa. Fazendo uso das palavras de um diplomata brasileiro enviado à missão de observador na Conferência de Bandung, na década de 50, aconselha-se repetir ininterruptamente a sentença de que, embora de origens ocidentais, “não somos vinhos da mesma pipa” (Menezes 2012, p. 292).

No mais, a atual crise brasileira não é um acontecimento essencialmente contemporâneo, do novo milênio; ela emana de um longo choque de ideologias conjugado pela mentalidade deste povo desde sua independência, com o agravamento deste a contar do envolvimento do *hegemon* hemisférico em território latino-americano ao longo do século XX. No intuito de explorar os benefícios da mobilização ideológica ou de embaraçar aquela que não convém, é preciso antes admitir o peso das ideias para fins de legitimidade de governo, quando falamos de um Estado socialmente instável, e, quando harmônico, de base do interesse nacional dos Estados-nação, considerando aqui, principalmente, as nações uma-vez-colônia. Em suma, as ideologias importam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allott, P. (2002) *The health of nations*. Cambridge University Press.

Blaney, D.; Inayatullah, N. (2004) *International Relations and the Problem of Difference*. New York: Editora Routledge.

Brzezinski, Z. *Russo-Soviet nationalism*. (1950) Dissertação de mestrado, departamento de Economia e Ciência Política, McGill University.

Carlsnaes, W. (1981) *The concept of ideology and political analysis*. Westport: Greenwood Press.

Cox, R.H. (org.). (1969) *Ideology, politics and political theory*. Belmont: Editora Wadsworth.

Deibel, T. (2007) *Foreign Affairs Strategy: logic for American statecraft*. Editora Cambridge.

Eagleton, T. (1997) *Ideologia*. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo.

Engels, M.; Marx, K. (2006) *A Ideologia alemã*. Boitempo.

Freedon, M. (2003) *Ideology: a very short introduction*. Editora Oxford.

Gaddis, J. (2013) *A Vida de George F. Kennan*. Editora Globo.

Geertz, C. (1964) Ideology as a Cultural System. In: Apter, D.E. (org.). *Ideology and Discontent*. New York: The Free Press.

Giddens, A. (1980) *Central problems in social theory*. London: Editora Hutchinson.

Gilpin, R. (1981) *War & change in world politics*. Cambridge University Press.

Grygiel, J. (2013) Educating for national security, *Orbis*, primavera, pp.201-216.

Heller, H. (2012) *Teoría del Estado*. 6ª ed. Fondo de Cultura Económica.

Howard, M. (1989) Ideology and International Relations, *Review of International Studies*, 15(0), pp.1-10.

Huntington, S. (1997) 'The erosion of American national interests'. *Foreign Affairs*, 76(5), pp.28-49.

Lubowski, A. (2013) *Zbig: the man who cracked the Kremlin*. Editora Open Road Distribution.

Menezes, A.J.B. de. (2012) *O Brasil e o mundo ázio-africano*. Brasília: FUNAG.

Owen, J. M. (2010) *The clash of ideas in world politics: transnational networks, states and regime change 1510-2010*. New Jersey: Princeton University Press.

Plamenatz, J. (1970) *Ideology*. London: Pall Mall.

Sartori, G. (1969) 'Politics, ideology and belief system', *American Political Science Review*, 63(2), pp.398-399.

Schmitt, C. (2016) *O Conceito do Político*. Editora Edições 70.

Smith, A.D. (1999) Para uma cultura global. In: Featherstone, M. (org.) *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, pp.183-205.

Sofer, S. (1987) International Relations and the invisibility of ideology, *Millenium: Journal of International Studies*, 13(3). pp.489-521.

Vaïsse, J. (2018) *Zbigniew Brzezinski: America's grand strategist*. Massachussets: Harvard University Press.

Zizek, S (org.). (1997) *Um mapa da ideologia*. 5ªed., Rio de Janeiro: Contraponto.